

Frente A - Módulo 29

Exercícios de Fixação

- 01** Resposta esperada: Assim como Nicolau Copérnico e seu heliocentrismo, Kant propunha uma inversão da metodologia predominante, em que não mais o sujeito se regulará pela natureza do objeto, mas este que regular-se-á pela natureza do sujeito do conhecimento. Isso ficou conhecido, dado aos problemas resolvidos e à ampliação teórica sugerida, como a “revolução copernicana na filosofia”.
- 02** Resposta esperada: Segundo Kant, a metafísica refere-se a um conhecimento especulativo, teórico, que transcende a experiência. Trata-se de um conhecimento que procura seu objeto fora da experiência mediante simples conceitos, sem se referir a objetos: a metafísica é um conhecimento puramente conceitual, desvinculado da experiência ou intuição.
- 03** Resposta esperada: São designadas por éticas deontológicas (do grego *dei*, “dever”) todas as teorias morais, segundo as quais certas ações devem ou não ser realizadas, independentemente das consequências que resultem da sua realização ou não realização. São, portanto, éticas centradas na noção de dever.
- 04** Resposta esperada: o imperativo categórico é o único critério válido que devemos seguir para decidir se um ato é ou não moralmente permissível. Por ser assertivo, não se vincula a nenhuma particularidade, incluindo a identidade da pessoa, devendo ser aplicável a qualquer ser racional. Essa é a razão pela qual o imperativo categórico, em suas primeiras formulações, foi chamado “princípio da universabilidade”.
- 05** Um sujeito heterônomo é aquele orientado por normas que vêm de fora de sua autocompreensão: estabelecidas por outrem que faz as vias de pensar por ele. Na busca pela autonomia [esclarecimento], o indivíduo deve “ousar saber” (*sapere aude*) - o que demanda a virtude da coragem e da proatividade (contrários à covardia e à preguiça - comportamentos que impedem o esclarecimento). O indivíduo que lança mão da livre razão constitui-se como um ser autônomo, atingindo, portanto, a “maioridade” - que nada tem a ver com uma questão biológica ou cronológica.

Exercícios Complementares

- 01 a
- 02 c
- 03 b
- 04 a
- 05 c
- 06 a
- 07 c
- 08 a

Frente A - Módulo 30

Exercícios de Fixação

- 01** O Utilitarismo foi uma teoria desenvolvida no âmbito da filosofia liberal inglesa por autores como Jeremy Bentham e Stuart Mill. Segundo esses filósofos, uma ação só pode ser considerada boa ação ou a boa regra de conduta se for caracterizada pela utilidade e pelo prazer que pode proporcionar a um indivíduo e, em extensão, à coletividade.
- 02** O Utilitarismo foi uma escola filosófica fundada por Jeremy Bentham. Sendo um dos últimos pensadores da tradição liberal-iluminista, ele propôs a construção de um sistema axiológico que pudesse ofertar uma solução prática para os dilemas de ordem moral e organizacional da sociedade europeia de seu tempo.

- 03** Primeiramente, Bentham questiona o Contratualismo ao afirmar que não era possível provar historicamente a existência de um contrato social originário; segundo, porque, ainda que fosse possível mapear arqueologicamente a existência desse contrato, os argumentos que sustentam a necessidade de subserviência irrestrita ao contrato não encontra fundamentação filosófica sustentável.
- 04** 1) Princípio do bem-estar; 2) Princípio de otimização; 3) Consequencialismo; 4) Princípio da agregação; 5) Princípio da imparcialidade e universalismo.
- 05** Segundo Mill, na obra *Sobre a Liberdade*, “(...) O único fim pelo qual se permite que a humanidade, coletiva e individualmente, interfira com a liberdade de ação de qualquer um dos seus membros é a autoproteção. Que o único propósito pelo qual o poder pode ser exercido de forma justa sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra a vontade dele, é o de prevenir danos aos outros.”

Exercícios Complementares

- 01 c
- 02 d
- 03 e
- 04 b
- 05 b
- 06 b
- 07 d
- 08 d

Frente A - Módulo 31

Exercícios de Fixação

- 01** Elementos gerais: A partir de tal frase, Comte situa o papel do conhecimento sociológico (física social) como responsável pelo conhecimento prévio dos fenômenos sociais, na intenção de controlar os mesmos, em busca da ordenação da vida coletiva.
- 02** Auguste Comte admite que a mesma metodologia empregada nas ciências naturais poderia ser utilizada nas ciências sociais, pois ambas se desenvolveriam de forma semelhante. Então, dever-se-ia observar, compreender e explicar por meio de uma lei geral a forma como a sociedade se desenvolve.
- 03** Elementos gerais: a influência de Comte no pensamento social brasileiro, que submetia à sociedade brasileira ao crivo das interpretações presentes na lei dos três estados, destacando a marca teológica profunda que modela a formação social da nação brasileira, implicando no “atraso social” do país por meio dos seus elementos sincréticos fundadores (a forte imersão teológica presente entre índios, africanos e portugueses).
- 04** Elementos gerais: numa perspectiva positivista, Comte destaca nas suas obras, a preocupação com a dissolução do modelo familiar integrativo – típico das sociedades pré-industriais – tendo em vista a possível desintegração social advinda de tal ocorrência. Destaca-se também, a dissolução da vida religiosa como reflexo do avanço das formas de consciência científicas, acarretando uma ruptura nas formas de estabilização da ordem social.

Exercícios Complementares

- 01 b
- 02 b
- 03 b
- 04 c
- 05 d
- 06 b
- 07 d
- 08 a

Frente A - Módulo 32

Exercícios de Fixação

- 01** a) É a formação do Estado, mais especificamente o Estado moderno se admitirmos o contexto em que Hegel está inserido. A realização efetiva da consciência é o Estado porque este é a manifestação do espírito do povo, ou seja, a concretização da astúcia da razão na busca pela liberdade por meio do Estado.
- b) A história é a manifestação das ações humanas em busca da liberdade, a qual só pode ser alcançada por meio da eticidade do Estado. Então, este é a síntese gerada a partir das contradições (antíteses) fruto dos interesses individuais de cada um, que movem a história.
- 02** a) O impedimento para a liberdade enquanto tal é a "limitação dos instintos, da cobiça e da paixão". É necessário ressaltar que limitação aqui é entendida como a anulação de tais condições que motivam o homem a pensar, agir e, conseqüentemente, produzir a história. A astúcia da razão se serve dos instintos para conduzir o homem a um bem maior: a liberdade.
- b) Porque o Estado propicia as condições ético-morais para que a liberdade se realize. As limitações descritas no texto, como condição social e política, não consiste na anulação do instinto e cobiça. Mas na moderação das ações como condição para a liberdade de todos. Tal moderação converge com a consciência de liberdade dos indivíduos.
- 03** a) Significa dizer que a consciência é produto das relações sociais de produção, ou seja, de como o indivíduo produz objetivamente sua vida material. O ser social do homem não é uma condição natural, fruto de uma condição subjetiva. Mas de condição objetiva que se volta para as relações antagonicas existentes na infraestrutura de opressão e oprimido.
- b) Não, ela é materialista. A dialética de Marx pressupõe condições factuais da realidade objetiva de produção da vida material, na qual temos uma relação dialética entre as classes sociais. Não se trata do idealismo que condiciona a realidade objetiva a uma condição subjetiva.
- 04** a) São as relações sociais de produção da vida material que determinam a consciência do homem. Então temos como exemplo a luta de classes e as relações de trabalho (produção).
- b) É a ideia de que a superestrutura determinaria todas as relações sociais de produção. Ideia muito parecida com a de Hegel, que admitia que a razão determinaria a vida material e não o contrário como defendia Marx.

05 c

Exercícios Complementares

- 01** a
02 c
03 a
04 a

Frente A

Exercícios de Aprofundamento

- 01** O uso público da razão, de acordo com Kant, implica liberdade e autonomia. Para o filósofo, a menoridade seria a incapacidade de fazer uso do próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo. Há, portanto, uma oposição entre a menoridade e o uso público da razão. Para Kant, o homem é o próprio culpado pela sua menoridade, e os motivos pelos quais freqüentemente o homem não se coloca no processo de saída da menoridade (esclarecimento) são a preguiça e a covardia. Para sair da menoridade, Kant afirma ser necessário considera o "uso público da razão" - que é aquele que qualquer homem deve fazer diante do grande público.
- 02** a) Kant afirma a existência de uma oposição entre agir por inclinação e por dever. A inclinação está fundada na liberdade do mundo sensível e é a dependência da faculdade de apetição das sensações. Quando agimos por inclinação, visamos apenas ao resultado imediato de nossas ações, sem nos preocuparmos se tais ações são ou não as melhores

possíveis, no que se refere à conduta ética. Na situação apresentada, a atitude do comerciante é contrária ao dever, sendo portanto imoral, uma vez que o mesmo não visa nada além de suas inclinações.

- b) Kant distingue a ação que tem verdadeiro valor moral, à qual ele denomina 'ação por dever' da ação que, mesmo sendo correta do ponto de vista externo, tem como fim o interesse. A essa segunda ele denomina 'ação o conforme o dever', ou seja, não basta fazer o que é correto. No caso em questão, o comerciante devolveu o dinheiro ao freguês. No entanto, foi movido por interesse meramente pessoal e não simplesmente pelo dever.
- c) Nos dois casos, a regra que poderia ter sido seguida era aquilo que Kant denominava de "imperativo categórico" - caracterizado por uma disposição o para agir por dever e não por inclinação: seria agir em conformidade com o dever. Para o filósofo, esse imperativo aparece na seguinte formulação: "Age somente segundo uma máxima (lei) tal que possas, ao mesmo tempo, querer que ela se torne lei universal". Procedendo dessa maneira, o comerciante não estaria colocando seu interesse particular em primeiro plano, mas, sim, submetendo sua ação ao crivo de uma necessidade maior - a de que uma ação, para ser correta do ponto de vista ético, deve poder ser universalizada.
- 03** Embora Stuart Mill possa ser enquadrado na concepção mentalista, ele se difere de Bentham na medida em que defende uma abordagem qualitativa do bem-estar. Seria necessário, para ele, destacar-se a existência de diferentes prazeres a serem devidamente considerados, de outros prazeres que - se não são direitos naturais - são manifestações que deveriam ser enobrecidos em relação a todos os demais. A saber, a felicidade, o respeito e a liberdade.
- 04** Na obra em questão, o filósofo Stuart Mill argumenta que a liberdade de discurso é uma condição necessária para o progresso intelectual e social. Ele afirma que permitir que uma pessoa expresse publicamente uma opinião falsa é produtivo por dois motivos: primeiro, porque os indivíduos são propensos a abandonar crenças errôneas se eles se envolvem em uma discussão aberta de ideias; segundo, porque ao forçar os outros indivíduos a re-examinar e reafirmar suas crenças no processo do debate, estas são protegidas da depauperação em um mero dogma.
- 05** a
06 d
07 a
08 d